

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Estudo Técnico Preliminar 12/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 1111/2026

2. OBJETIVO

2.1. Identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e da reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes à elaboração de TERMO DE REFERÊNCIA PARA O FIM DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE URNAS ELETRÔNICAS E CABINAS DE VOTAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e na Instrução Normativa n.º 58/2022 – SEGES/ME.

3. Descrição da necessidade

3.1. A realização do pleito eleitoral demanda uma operação logística crítica para o transporte das urnas eletrônicas desde os centros de armazenamento até cada local de votação. O problema central reside na incapacidade de o Tribunal executar a distribuição e o recolhimento com recursos próprios, devido à insuficiência de veículos de carga e de pessoal capacitado para o manuseio desse material.

3.2. Embora algumas zonas eleitorais possuam estrutura para executar parte do serviço, outras não conseguem realizá-lo por total falta de pessoal e de meios materiais. A natureza do serviço é marcada por uma curta janela temporal, exigindo celeridade para garantir que todos os equipamentos eletrônicos, que são sensíveis e de alto valor, estejam instalados e prontos para o uso na manhã do dia da eleição. Sem o suporte de uma estrutura logística externa para suprir as carências locais, o órgão não poderia assegurar a chegada dos equipamentos aos locais de votação no prazo previsto, comprometendo diretamente a segurança e a normalidade do exercício do voto.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE GESTÃO DE TRANSPORTES/COPAT/SAOF	EDUARDO CARDOSO DOS SANTOS

5. Descrição dos Requisitos da Contratação**5.1. Requisitos orçamentários:**

5.1.1. O valor previsto no Plano Anual de Contratações para essa demanda é de R\$ 192.000,00, referente ao ano de 2026;

5.1.2. Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

5.2. Requisitos técnicos:

5.2.1. Necessidade de atestado de capacidade técnica, a ser exigido da empresa licitante, que deixe claro que a futura contratada tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN.

5.2.2. A depender da solução escolhida será necessária a indicação de profissionais (prepostos) que serão responsáveis pela comunicação entre a(s) futura(s) contratada(s) e a equipe de fiscalização do contrato.

5.3. Requisitos geográficos:

5.3.1. A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte.

5.4. Requisitos operacionais:

5.4.1. A distribuição das urnas devem ocorrer nas seguintes zonas eleitorais:

5.4.1.1. Capital: 1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE, 4ª ZE e 69ª ZE

5.4.1.2. Interior: 5ª ZE/Macaíba, 9ª ZE/Goianinha, 13ª ZE/Santo Antônio, 20ª ZE/Currais Novos, 30ª ZE/Macau, 33ª ZE/Mossoró, 34ª ZE/Mossoró, 50ª ZE/Parnamirim, 51ª ZE/São Gonçalo do Amarante e 58ª ZE/Baraúna

5.5. Requisitos de sustentabilidade.

5.5.1. A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, no que couber;

5.6. Requisitos econômico-financeiros.

5.6.1. Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para contratar com o TRE/RN.

5.7. Requisitos fiscais e trabalhistas.

5.7.1. A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

5.7.2. Tais condições devem ser mantidas por todo o período de contratação, sob pena de rescisão contratual.

5.8. Requisitos administrativos.

5.8.1. A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e ao Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Para a composição do Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento vislumbrou as seguintes soluções disponíveis no mercado:

6.1.1. Solução 1: Contratação de Empresa Especializada em Logística.

6.1.1. Essa solução consiste na contratação de empresa privada de logística que atua na distribuição de cargas.

6.1.1.1. Vantagens: é a solução adotada com sucesso pelo Tribunal nas últimas quatro eleições (2018, 2020, 2022 e 2024), atendendo plenamente às necessidades. Permite contar com a expertise de empresas que atuam em transporte de carga, otimizando tempo e recursos.

6.1.1.2. Desvantagens: requer fiscalização rigorosa, principalmente pelo risco de atraso na apresentação dos motoristas no local e horário marcados. Tais atrasos no carregamento junto ao Centro de Operações da Justiça Eleitoral (COJE) podem comprometer o cronograma das rotas de distribuição e causar significativos transtornos organizacionais à logística do pleito

6.2. Solução 2: Contratação com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

6.2.1. Utilização dos serviços da estatal, que prestou suporte ao TRE/RN até as eleições de 2016.

6.2.1.1. Vantagens: Instituição pública com vasta experiência, profissionalismo e credibilidade institucional. A estatal já manifestou interesse formal em apoiar as operações relativas às Eleições 2026.

6.2.1.2. Desvantagens: embora seja uma empresa pública, a contratação direta para serviços de logística não é possível, visto que, para garantir a observância aos princípios da competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, o serviço deve ser submetido ao processo de licitação.

6.3. Solução3: execução direta pelo próprio TRE/RN:

6.3.1. Realização da distribuição e recolhimento das urnas utilizando exclusivamente recursos próprios do Tribunal.

6.3.1.1. Vantagens: ofereceria controle administrativo direto e total sobre todas as etapas da operação logística.

6.3.1.2. Desvantagens (inviabilidade): o órgão não dispõe de veículos de transporte de carga suficientes. Não há contrato vigente que supra a quantidade necessária de motoristas e carregadores. Adicionalmente, o custo para estruturar essa solução internamente ultrapassaria significativamente o valor da contratação externa.

6.4. Portanto, após a análise das alternativas, a contratação de empresa especializada em logística (Solução 1) apresenta-se como a escolha mais viável e razoável. Esta conclusão se fundamenta no histórico positivo de atendimentos anteriores e na conveniência administrativa de contar com expertise externa para uma operação de alta complexidade em prazo exíguo. A solução é tecnicamente possível e economicamente vantajosa, garantindo a segurança e a normalidade do pleito sem sobrecarregar a estrutura limitada do órgão.

7. Descrição da solução como um todo

- 7.1. A solução encontrada é a contratação de empresa especializada em logística de transporte de encomendas, haja vista não ser possível a distribuição do material pelo próprio órgão às quatorze Zonas contempladas. O detalhamento do serviço a ser executado será objeto do Termo de Referência.
- 7.2. A empresa a ser contratada deve possuir ou contratar veículos de grande e médio porte equipados com compartimento de carga fechado do tipo baú, em bom estado de conservação e em quantidade suficiente para o serviço, além de disponibilizar condutores habilitados e capacitados para o transporte das UEs, e equipe de carregadores para a movimentação da carga, todos devidamente identificados com crachá e munidos de equipamento de proteção individual apropriado para o serviço, conforme as regras de segurança do trabalho. Também demonstrar presteza, rapidez e zelo no manuseio da carga, considerando que o transporte envolve material eletrônico frágil e de alto valor em prazo exíguo e para diversas localidades do Rio Grande do Norte.
- 7.3. A empresa deverá, ainda, dispor de veículos de reserva adequados para o transporte das urnas, tendo em vista o eventual atendimento de emergências em que o veículo originalmente escolhido para a rota tenha sofrido pane, se envolvido em acidente de trânsito ou passado por qualquer outra situação que o impeça de prosseguir na prestação do serviço. A empresa deverá também apresentar documentação comprobatória de sua regular atuação em atividades de logística de transporte. A contratação em apreço não é continuada e a prestação dos serviços se encerra quando do recolhimento e entrega de todas as urnas após a votação do segundo turno, se houver.
- 7.4. Entre as obrigações da Contratada, devemos destacar, ainda, os seguintes aspectos relacionados à segurança e à produtividade do serviço, com base nas observações da fiscalização em contratos anteriores.
- 7.5. Exigência de pontualidade dos motoristas no início dos trabalhos.
- 7.6. No momento da apresentação dos condutores, a SETRAN/COPAT/SAOF deverá providenciar o acesso dos veículos da Contratada nas dependências do Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE, local onde se centraliza o armazenamento das urnas.
- 7.7. Os veículos devem dispor de cordas para prender a carga com segurança, prevenindo deslocamentos ou danos aos equipamentos eletrônicos no trajeto entre o Centro de Operações e os locais de votação
- 7.8. Para garantir a integridade dos equipamentos e a conformidade técnica da logística, a empresa contratada deverá apresentar os veículos em perfeitas condições de conservação e limpeza, tanto interna quanto externamente. É requisito indispensável que os caminhões do tipo baú sejam entregues devidamente lavados, com o compartimento de carga vazio e higienizado, assegurando um ambiente adequado para a acomodação das urnas eletrônicas e cabinas de votação.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades estimadas de objetos (urnas eletrônicas) a serem coletadas, distribuídas e recolhidas foram obtidas a partir do Plano Integrado de eleições 2026 elaborado pela COELE – Coordenadoria de Eleições, conforme o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/EXPECIFICAÇÃO	UND	QTDE
1	Coleta, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas no 1º turno das eleições de 2026.	urna	3.361 UEs para distribuição e 1.943 UEs para recolhimento

2	Coleta, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas no 2º turno das eleições de 2026, caso se confirme.	urna	3.361 UEs para distribuição e 1.943 UEs para recolhimento
---	---	------	--

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 192.000,00

ITEM	QTD URNAS	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	UND	AMOSTRA SIM/NÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	5.304	Coleta, distribuição e recolhimento das urnas no 1º turno das eleições.	Und	Não	16,80	89.107,20
2	5.304	Coleta, distribuição e recolhimento das urnas no 2º turno das eleições, se houver.	Und	Não	16,80	89.107,20

9.1. Os valores totais informados na tabela do item 9 constam da planilha “Orçamentos Pleitos 2026 – PIELEI Versão 1.0”, aprovada no Plano Integrado de Eleições 2026, e foram calculados com base nos valores da contratação de 2024 com acréscimo de 12% a título de inflação. A quantidade de urnas de cada turno da eleição consta do planilha “Cópia de Levantamento - Locação de veículos de apoio às eleições 2026 estimativa/Transporte de urnas” elaborada pela Seção de Planejamento e Logística de Eleições da Coordenadoria de Eleições/STIE. Os valores unitários foram apurados mediante a divisão do valor total do orçamento pela quantidade de urnas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Em observância ao art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração optou pelo não parcelamento do objeto, agrupando os itens em lote único. Essa decisão fundamenta-se na integridade logística necessária para o sucesso do pleito: a empresa que executa a distribuição no primeiro turno adquire a expertise geográfica e operacional indispensável para o recolhimento e a redistribuição em eventual segundo turno. O fracionamento entre diferentes prestadores elevaria o risco de falhas de comunicação e atrasos, comprometendo a segurança e a normalidade da eleição.

10.2. O agrupamento visa garantir a economia de escala, atraindo preços mais competitivos junto ao mercado de logística. Além disso, o curto intervalo de 21 dias entre os turnos torna o parcelamento temerário: caso o segundo turno não se confirme, o ônus de mobilização de uma segunda contratada geraria prejuízo ao planejamento administrativo e financeiro, além de potenciais pedidos de reequilíbrio por custos de prontidão não utilizados. Portanto, a contratação de um único prestador é a solução que melhor assegura a continuidade do serviço público essencial.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações interdependentes que repercutam na viabilidade da contratação em apreço.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação faz parte do PCA 2026, sob o código STR.POE_26.03. A demanda tem como objetivo estratégico o aperfeiçoamento da gestão do processo eleitoral.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. O principal resultado pretendido é a garantia da integridade logística do pleito de 2026 nas zonas eleitorais contempladas. Espera-se que as urnas eletrônicas sejam entregues nos locais de votação dentro do cronograma estabelecido, sem danos aos equipamentos e com total disponibilidade para o exercício do voto. A efetividade será medida pela ausência de atrasos que comprometam a abertura das seções e pela agilidade no recolhimento dos equipamentos após o encerramento da votação, assegurando o fluxo contínuo de dados para a totalização.

13.2. A contratação busca promover o desenvolvimento nacional sustentável ao exigir que a empresa adote diretrizes de responsabilidade ambiental e social, conforme a Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG. Isso inclui a utilização de veículos com manutenção preventiva rigorosa para reduzir a emissão de poluentes e o descarte adequado de resíduos automotivos (como óleos e baterias).

13.3. A contratação promove um impacto social positivo ao contratar motoristas e carregadores locais, gerando renda temporária e emprego nesse segmento. Essa estratégia fortalece a economia regional do Rio Grande do Norte, garantindo que os recursos do Tribunal beneficiem diretamente as comunidades onde o serviço será contratado.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Para assegurar a viabilidade operacional antes da assinatura do contrato, a Administração deverá realizar a designação formal da equipe de fiscalização, o cadastramento dos motoristas e carregadores junto ao Centro de Operações (COJE) e a validação das rotas logísticas com os chefes de cartório das zonas envolvidas. Adicionalmente, é indispensável a aprovação do plano de trabalho da contratada e a realização de vistorias técnicas na frota para garantir o cumprimento das exigências de higiene e segurança, assegurando que toda a estrutura esteja mobilizada e apta a cumprir o rigoroso cronograma do pleito de 2026.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A empresa contratada deverá atender ao disposto no Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, que trata de normas de sustentabilidade, no que couber.

15.2. Embora o serviço utilize as embalagens originais das urnas, o impacto ambiental concentra-se na emissão de poluentes atmosféricos e na geração de resíduos de manutenção veicular. A Contratada deverá comprovar a manutenção preventiva da frota para otimização do consumo de combustível e a destinação final ambientalmente adequada de lubrificantes e pneumáticos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO CARDOSO DOS SANTOS

Integrante da equipe de planejamento da contratação da SETRAN

MARCELLO CORREIA DE CASTRO

Integrante da equipe de planejamento da contratação na SETRAN



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 14:28:19.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Em face destes Estudos Preliminares, verificou-se que a solução descrita no item 7.1 convém ao atendimento desta necessidade e é tecnicamente possível. Diante do exposto, nos manifestamos pela viabilidade da contratação pretendida, condicionado ao exame de sua conformidade tanto no aspecto legal como no econômico-financeiro.